

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.242 - MG (2019/0223182-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : SILVIA PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVANTE : CESAR FERREIRA DOS SANTOS
AGRAVANTE : JOSÉ FRANCISCO VIEIRA
AGRAVANTE : CLAUDIO FRANCISCO DA ROCHA SILVA
AGRAVANTE : JOSE EVANDRO MENDES
AGRAVANTE : ELIETE RODRIGUES DE ALMEIDA
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO : DAVID SIMÕES DE ALMEIDA E OUTRO(S) - MG115414
AGRAVADO : COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG
ADVOGADO : CAROLINA CROSLAND GUIMARAES VELOSO E OUTRO(S) - MG131440

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SÍLVIA PEREIRA DOS SANTOS e OUTROS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. RESERVATÓRIO DE ÁGUA. MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO. CADÁVER. DANOS MORAIS INDIVIDUAIS. NEXO DE CAUSALIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. RESPONSABILIDADE DA COPASA/MG. AFASTAMENTO. SENTENÇA MANTIDA.

- Apesar de evidenciada a conduta ilícita da COPASA/MG, diante do cadáver encontrado no reservatório de água do Município de São Francisco, afasta-se sua responsabilidade no pagamento de indenização quando não demonstrados os danos morais individuais suportados, do evento danoso, pelo consumidor e o nexo de causalidade" (fl. 237 e-STJ).

No recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 98º, 14, § 1º, II, e 22, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor e 927 do Código Civil. Sustenta, em síntese, que deve ser reconhecido o dano moral.

É o relatório.

DECIDO.

A matéria de fundo insere-se na competência das Turmas integrantes da Egrégia Primeira Seção, conforme disposto no art. 9º, § 1º, X, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

É o que se depreende dos seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. CADÁVER EM DECOMPOSIÇÃO ENCONTRADO NO RESERVATÓRIO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. DANO MORAL COMPROVADO. CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

VIOLAÇÃO AO ART. 1.022. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não se configura a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

2. A alteração das conclusões do Tribunal a quo sobre a falta de comprovação do dano moral individual a ser indenizado e a inexistência de dano moral in re ipsa envolve reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ, conforme recente jurisprudência do STJ.

3. Recurso Especial não conhecido."

(REsp 1.793.426/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 29/05/2019)

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CADÁVER ENCONTRADO NO RESERVATÓRIO DE ÁGUA. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NÃO COMPROVAÇÃO DO DANO MORAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto contra decisão publicada em 22/09/2015, na vigência do CPC/73. II. Na origem, trata-se de ação proposta em desfavor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, objetivando a condenação desta em indenização por danos morais, em decorrência de ter sido encontrado cadáver humano em estado de decomposição, no reservatório de água da ré, no Município de São Francisco/MG.

III. O acórdão recorrido, mantendo a sentença de improcedência, concluiu, à luz das provas dos autos, que não teria sido demonstrada a culpa da ré, nem o dano moral. Afirmou o acórdão recorrido que, "no caso em tela, por intermédio de todo o contexto probatório dos autos, tem-se a comprovação de que foi encontrado em um dos reservatórios de água para abastecimento da cidade de São Francisco, um cadáver humano em avançado estágio de decomposição. Não se tem a certeza/convencimento de que a água deste reservatório específico é disponibilizada a toda população da cidade ou se, apenas, a uma parte dela, localizada em território distinto. Entretanto, ainda que tal tivesse sido comprovado, isto é, que o reservatório referido servia de água ao território onde se encontra localizada a residência específica da autora/apelante, resta claro que este fato, por si só, não pode ser tomado como um evento danoso à sua moral.

Muito menos das pessoas, em geral, destinatárias do serviço de água naquele território de serviço d'água. E isto porque, conforme comprovado nos autos e anotado pela douta sentença, o resultado do laudo técnico realizada em amostra da água coletada, afasta, peremptoriamente, a possibilidade de qualquer malignidade ou doença causada por sua ingestão, devido a ausência de dados/requisitos de que nela pudesse constar elementos caracterizadores de insalubridade e/ou não potabilidade. Comprovado, ao contrário, que era a água perfeitamente apropriada para o consumo humano. Ademais, diante dos mecanismos técnicos modernos e de elevado padrão, com a finalidade maior de limpeza da água e que dela retiram toda a impureza capaz de influir na sua qualidade de consumo, isto é, de ser total e perfeitamente potável". Assim, conclusão em contrário encontra óbice na Súmula 7/STJ. Em casos idênticos, confirmam-se: STJ, REsp 1.418.821/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ acórdão Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 03/02/2017; REsp 1.605.816/MG, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/11/2016; STJ, AgRg no REsp 1.562.408/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/10/2016; EDcl no REsp 1.402.626/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/05/2015.

IV. Agravo Regimental improvido."

(AgRg no REsp 1.549.102/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 26/04/2017)

"ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. CADÁVER EM DECOMPOSIÇÃO NO RESERVATÓRIO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. ALEGAÇÃO DE DANO MORAL IN RE IPSA. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA.

I - Na origem, trata-se de ação de responsabilidade contra concessionária de serviços públicos em razão de danos decorrentes de cadáver encontrado dentro do reservatório de água. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal a quo, a sentença foi mantida por maioria.

II - A Corte de origem analisando os fatos e provas que envolvem a discussão tratada nos autos a respeito da existência de dano moral apresentou os seguintes fundamentos para negar provimento ao recurso de apelação da parte: " Em reforço ao argumento de que a apelante não se preocupara em demonstrar o suposto dano moral por eles sofrido, vale salientar que a petição inicial poderia ser aproveitada por qualquer outro habitante ou visitante de São Francisco para a formulação de semelhante pretensão em juízo, com a mera alteração do nome e da qualificação dos apelantes. Ainda em relação à prova, impende frisar que restou comprovado nos autos que a água em que foi encontrado o cadáver era própria para o consumo humano (potável). É o que revelam os documentos de f. 55/155, não contraditados de forma adequada pela apelante, restando, pois, descaracterizada a plausibilidade das alegações de adoecimentos causados pela ingestão da água".

III - Para se chegar à conclusão diversa, e reconhecer a ocorrência de dano moral ou coletiva, seria necessário o reexame fático-probatório, o que é vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ, segundo o qual "a pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial".

IV - Ressalte-se ainda que a incidência do enunciado n. 7, quanto à interposição pela alínea a, impede o conhecimento da divergência jurisprudencial, diante da patente impossibilidade de similitude fática entre acórdãos.

V - Agravo regimental provido para não conhecer do recurso especial do particular, tornando sem efeitos a decisão de fls. 409-412 que alterou a sucumbência."

(AgRg no REsp 1.559.571/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 14/05/2019)

Ante o exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais para a redistribuição do feito a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

